

Usina Solar Arinos 7 SPE S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Assurance Services Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Diretores e Acionistas da
Usina Solar Arinos 7 SPE S.A.
Arinos – Minas Gerais**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina Solar Arinos 7 SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Solar Arinos 7 SPE S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 22 de maio de 2023, sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024.

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP-023228/O-4



Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Usina Solar Arinos 7 SPE S.A.

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Passivo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalente de caixa	7	188	13	Fornecedores	12	567	5
Despesas pagas antecipadamente	8	416	-	Obrigações tributárias	13	291	-
Instrumentos financeiros derivativos	19	2.825	-	Arrendamentos	9	163	-
Total do ativo circulante		3.429	13	Contas a pagar partes relacionadas	18.b	89	16
				Instrumentos financeiros derivativos	19	2.825	-
				Total do passivo circulante		3.935	21
Despesas pagas antecipadamente	8	533	-				
Direito de uso	9	3.326	-				
Imobilizado	10	20.194	-	Arrendamentos	9	3.163	-
Intangível	11	-	8	Total do passivo não circulante		3.163	-
Total do ativo não circulante		24.053	8				
				Patrimônio líquido			
				Capital social	14.a	20.480	13
				Prejuízos Acumulados	14.b	(96)	(13)
				Total do patrimônio líquido		20.384	-
Total do ativo		27.482	21	Total do passivo e patrimônio líquido		27.482	21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Solar Arinos 7 SPE S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas gerais e administrativas	15	<u>(84)</u>	<u>(13)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>(84)</u>	<u>(13)</u>
Receitas financeiras	16	2.826	-
Despesas financeiras	16	<u>(2.825)</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro		<u>1</u>	<u>-</u>
Resultado antes dos tributos		<u>(83)</u>	<u>(13)</u>
Prejuízo líquido do exercício		<u>(83)</u>	<u>(13)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Solar Arinos 7 SPE S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Prejuízo líquido do exercício	<u>(83)</u>	<u>(13)</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(83)</u>	<u>(13)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Solar Arinos 7 SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital subscrito	Capital a integralizar	Prejuízos Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento de capital	14.a	13	-	-	13
Prejuízo do exercício	14.b	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(13)</u>	<u>(13)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>13</u>	<u>-</u>	<u>(13)</u>	<u>-</u>
Subscrição de capital social	14.a	185.629	(185.629)	-	-
Integralização de capital social	14.a	-	20.467	-	20.467
Prejuízo do exercício	14.b	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(83)</u>	<u>(83)</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		<u>185.642</u>	<u>(165.162)</u>	<u>(96)</u>	<u>20.384</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Solar Arinos 7 SPE S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(83)	(13)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Despesas pagas antecipadamente	8 e 20	(649)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	12 e 20	(5)	5
Obrigações tributárias	13	291	-
Derivativos pagos	19	(392)	-
Contas a pagar partes relacionadas	18	73	16
Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais		(765)	8
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		(765)	8
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo intangível	11	-	(8)
Aquisição de ativo imobilizado	10 e 20	(18.046)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades investimento		(18.046)	(8)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento do principal do passivo de arrendamento	9	(19)	-
Integralização de capital	14.a e 20	19.005	13
Caixa líquido gerado pelas atividades financiamento		18.986	13
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa		175	13
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	13	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	188	13
		175	13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Usina Solar Arinos 7 SPE S.A. (“Companhia”) é uma SPE, controlada diretamente pela Solar Arinos S.A., passando a ser controlada indiretamente pela Newave Energia S.A, a partir de outubro de 2023 (anteriormente controlada pela Voltalia Energia do Brasil Ltda). Foi constituída na forma de sociedade de propósito específico de capital fechado, com sede na Fazenda Boa Vista, com entrada a altura do KM 25.7, Rod Arinos Januaria, S/N, Arinos – MG – Zona Rural.

A Companhia foi constituída em 14 de dezembro de 2021, e tem como objeto social a implantação e exploração da usina de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica UFV Arinos 7, cadastrada na Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sob o CEG nº UFV.RS.MG.047303-0.01. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional com previsão para início da operação comercial em setembro de 2024.

Em 05 de julho de 2022, mediante transferência de outorga, anteriormente concedida a desenvolvedora do projeto, a Companhia foi autorizada a atuar sob o regime de produção independente de energia elétrica, conforme Resolução Autorizativa nº 12.257 de 05 de julho de 2022. A autorização de exploração vigorará pelo prazo de 35 anos.

1.1 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros

A Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, de R\$ 506 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 8 negativo em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente, a Companhia apurou prejuízo no exercício de R\$ 83 (R\$ 13 em 31 de dezembro de 2022) e fluxo de caixa operacional negativo de R\$ 765 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 8 positivo em 31 de dezembro de 2022). O prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 96 (R\$ 13 em 31 de dezembro de 2022). O motivo principal deste indicador estar negativo decorre do reconhecimento das obrigações com fornecedores de materiais e serviços empregados na construção da usina fotovoltaica, sendo que, os recursos para pagamento das respectivas obrigações são aportados pontualmente de acordo com o vencimento das obrigações pela controladora. Em dezembro de 2023, a Companhia assinou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste no valor de R\$103.750, com o primeiro desembolso programado para abril de 2024. O financiamento foi contratado com taxa de juros de IPCA + 5,1% a.a, com prazo de 24 anos, carência de juros até outubro de 2024. As garantias oferecidas para contratação do financiamento foram fianças bancárias e constituição de contas reservas após o desembolso.

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo. A Administração não tem conhecimento de incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de março de 2024.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Análise de redução ao valor recuperável da planta fotovoltaica – Nota explicativa nº10:** principais premissas em relação aos valores recuperáveis da planta fotovoltaica.
- **Instrumentos financeiros – Nota explicativa nº 19:** principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo
- **Provisão para desmobilização – Nota explicativa nº 22 (d):** Premissas utilizadas na mensuração do valor da obrigação.

5 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e a liquidez de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

Durante o período de construção da planta fotovoltaica as despesas financeiras, elegíveis à capitalização serão contabilizados no custo do ativo imobilizado.

d. Imposto de renda e contribuição social

(i) Lucro presumido

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas com base nos percentuais de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. No exercício findo em dezembro de 2022, a Companhia optou pelo regime de lucro presumido.

(ii) Regime de tributação pelo Lucro Real

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Para o exercício de 2023 a Companhia mudou o regime de tributação, para lucro real.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, receitas financeiras oriundas dos financiamentos obtidos para construção do ativo, até o momento da disponibilidade do ativo para a administração da Companhia, deduzido de depreciação acumulada após a entrada em operação do parque fotovoltaico e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação será calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens o qual a Companhia definiu uma vida útil de 35 anos que representa o período estimado pela Administração no qual o grupo de ativos operacionais fluirão em benefícios econômicos. A depreciação é reconhecida no resultado. Dado a limitação legal imposta pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo de autorização.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	35 anos
--	---------

A taxa de depreciação do item planta fotovoltaica representa a vida útil do ativo enquanto unidade operacional e inclui todos os gastos que foram necessários para a construção e início de operação da planta. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(d) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito.

As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge (“hedge accounting”)

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de moeda estrangeira, utilizando a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*) com o intuito de proteger aquisições de equipamentos para o ativo imobilizado empregados nas usinas solares em construção, (módulos e inversores). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para este fim são Contratos a Termo de Moeda – *NDF* (*Non Deliverable Forward*).

No início de relacionamento do *hedge* designado, a Companhia documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente.

Periodicamente a Administração da Companhia monitora os critérios de qualificação do instrumento de *hedge*, a fim de assegurar a relação de proteção.

Hedge de valor justo

Quando um instrumento financeiro derivativo é designado como instrumento de *hedge* valor justo, a parcela efetiva das variações no valor justo é reconhecida e acumulada no resultado do exercício e são limitadas ao índice designado para o item protegido. A Companhia designou Contratos a Termo de Moeda – *NDF* (*Non Deliverable Forward*) como instrumento de *hedge*. A parcela efetiva das variações no valor justo do instrumento de *hedge* são reclassificadas para o custo do objeto de *hedge* protegido, sendo estes, os ativos fixos adquiridos durante o período de vigência do *hedge*.

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilidade de *hedge* ou se, o instrumento de *hedge* for, rescindido, ou expirar, a contabilidade de *hedge* será descontinuada prospectivamente.

(iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado

inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

i. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

(i) Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso da Companhia o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento se referem ao aluguel da sede administrativa da Companhia.

O Grupo adota os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 12,66% a.a.

Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo, itens de baixo valor (USD 5) e para aqueles que possuem contraprestações em sua totalidade variáveis.

Os ativos de direito de uso são apresentados no ativo não circulante, e são amortizados de acordo com o prazo contratual remanescente dos contratos de arrendamento.

O grupo apresenta os pagamentos de principal e juros na demonstração de fluxo de caixa nas atividades de financiamento.

6 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023, aos quais a Companhia não espera impactos significativos.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26)

As alterações emitidas em 2020 visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial.

A Companhia monitora os desenvolvimentos futuros.

b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

A Companhia não participa de acordo de financiamento da cadeia de suprimentos para o qual as novas divulgações serão aplicadas.

c) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06).

Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Depósitos bancários (a)	188	13
Total de caixa e equivalente de caixa	<u>188</u>	<u>13</u>

- (a) Inclui depósitos disponíveis prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

8 Despesas pagas antecipadamente

	2023
Seguros (a)	445
Custo de captação (b)	501
Fianças bancárias	3
	949
Circulante	416
Não circulante	533

- (a) Refere-se as apólices de seguro contratadas para implementação do parque fotovoltaico.
- (b) Refere-se a custos inerentes ao processo de captação de financiamento para construção do parque fotovoltaico.

9 Ativo de direito de uso e arrendamento

A Companhia atua como arrendatária em contratos de terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se em construção.

A movimentação do direito de uso está demonstrada abaixo:

	Valor líquido em 31/12/2022	Adições	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2023
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques fotovoltaicos	-	3.344	(18)	3.326
Total do ativo	-	3.344	(18)	3.326

O prazo de amortização de direito de uso é de 35 anos.

Composição dos saldos do passivo de arrendamento:

	2023
Passivo de arrendamento	3.326
Total	3.326
Circulante	163
Não circulante	3.163

A movimentação do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está demonstrada abaixo:

	2023				Valor líquido em 31/12/2023
	Valor líquido em 31/12/2022	Adições	Pagamento de principal	Juros incorridos	
Passivo de arrendamento					
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	-	3.344	(19)	1	3.326
Total	-	3.344	(19)	1	3.326

Mediante reconhecimento do arrendamento, a taxa de desconto utilizada para tal é de 12,66% a.a.

10 Imobilizado

	31/12/2022	Adições (a)	Transferência do Intangível (b)	31/12/2023
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	-	20.186	8	20.194
Total do imobilizado	-	20.186	8	20.194

- a) Refere-se às compras de ativo fixo, que ocorreram em 2023.
b) Conforme nota explicativa nº 11.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia avaliou as informações disponíveis interna e externamente e não identificou qualquer evidência perda do valor recuperável de seu imobilizado.

11 Intangível

	31/12/2022	Transferência para imobilizado (a)	31/12/2023
Gastos desenvolvimento	8	(8)	-
Total do imobilizado	8	(8)	-

- a) Refere-se ao custo efetivo incorrido com a fase inicial do projeto de geração de energia fotovoltaica. Os custos incorridos os quais foram posteriormente transferidos ao imobilizado em construção, atendem aos critérios requeridos para fins de capitalização, vide nota explicativa nº 10.

12 Fornecedores

O saldo de fornecedores e contas a pagar é representado por obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Contratação de serviços (a)	554	5
Provisão de fornecedores (b)	13	-
Total de fornecedores	<u>567</u>	<u>5</u>

As informações sobre a exposição da Companhia ao risco de liquidez relacionado a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 19.

- a) Refere-se a contratação de serviços empregados na construção do ativo imobilizado.
- b) Refere-se a provisão de serviços a serem faturados.

13 Obrigações tributárias

	<u>2023</u>
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte	5
ISS – Imposto Sobre Serviços - Retido	125
INSS Retido – Instituto Nacional do Seguro Social	159
Outros	2
	<u>291</u>

14 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 185.642 (R\$13 em 31 de dezembro de 2022), representado por 185.642.000 ações (13.000 em 31 de dezembro de 2022), nominativas e sem valor nominal, integralizadas pela acionista Solar Arinos S.A., detentora de 100% das ações da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, o capital a integralizar da Companhia é de R\$ 165. (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022).

Em 2023 a controladora da Companhia procedeu com aumento de capital social no valor de R\$ 185.629 (R\$ 13 em 31 de dezembro de 2022) e integralizou mediante transferência bancária o valor de R\$ 19.005 (R\$ 13 em 31 de dezembro de 2022). Também foi integralizado no exercício de 2023 o valor de R\$ 1.462, mediante gastos com imobilizados pagos pela controladora indireta Newave Energia S.A.

b. Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentou prejuízos acumulados de R\$ 96 (R\$ 13 em 31 de dezembro de 2022).

15 Despesas gerais administrativas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas gerais e administrativas		
Contabilidade e auditoria	(49)	-
Serviços técnicos	(26)	(13)
Impostos e taxas	(9)	-
Total	<u>(84)</u>	<u>(13)</u>

16 Resultado financeiro

	<u>2023</u>
Receita financeira:	
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1
Ganho com instrumentos financeiros derivativos (*)	<u>2.825</u>
Receitas financeiras	<u>2.826</u>
Despesas financeiras:	
Perda com instrumentos financeiros derivativos (*)	<u>(2.825)</u>
Despesas financeiras	<u>(2.825)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u><u>1</u></u>

(*) Referente aos derivativos designados como hedge de valor justo, conforme nota explicativa nº 19.

17 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não possui imposto de renda e contribuição social a pagar. A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2023
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(83)
Alíquota vigente combinada	34%
 IRPJ e CSLL alíquota nominal	 (28)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:	
Provisões não dedutíveis temporariamente	(41)
Base negativa - prejuízo fiscal não contabilizado (*)	69
Despesa de IRPJ e CSLL	-
Alíquota efetiva	-

O saldo de prejuízo fiscal em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 69 (R\$0 em 31 de dezembro de 2022).

(*) A Companhia não constitui impostos diferidos ativos por não possuir previsão de lucros tributáveis futuros, para os próximos exercícios.

18 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. A remuneração dos diretores é suportada pela controladora indireta Newave Energia S.A.

b. Operações com partes relacionadas

a) Passivo

	Contas a Pagar	
	2023	2022
Votalia Energia do Brasil Ltda	-	2
Solar Arinos S.A.	89	11
Usina Solar Arinos 3 S.A.	-	3
	89	16

(a) Refere-se a despesas pagas pelas respectivas Empresas e Companhias em nome da Companhia.

19 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	2023 – Valor contábil		2022 – Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	188	-	13
Instrumentos financeiros derivativos	19	2.825	-	-	-
Total		2.825	188	-	13
Passivos					
Fornecedores	12	-	567	-	5
Contas a pagar partes relacionadas	18	-	89	-	16
Instrumentos financeiros derivativos	19	2.825	-	-	-
Arrendamentos	9	-	3.326	-	-
Total		2.825	3.982	-	21

	Hierarquia do valor justo	2023		2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	188	188	13	13
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	2.825	2.825	-	-
Total		3.013	3.013	13	13

	Hierarquia do valor justo	2023		2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	567	567	5	5
Arrendamentos	Nível 2	3.326	3.326	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	2.825	2.825	-	-
Contas a pagar partes relacionadas	Nível 2	89	89	16	16
Total		6.807	6.807	21	21

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

Técnicas de avaliação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo

Derivativos a receber / a pagar

Precificação a termo - O valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e ajustado ao valor presente, baseado nas cotações das taxas de câmbio e índices para o cálculo do valor presente, os quais são obtidos junto ao site da B3 em índices referenciais.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está comprada em Dólar dos Estados Unidos da América (USD) por meio de (NDF) *Non-deliverable Forwards*.

A Companhia possui compromissos de implementação do parque de geração de energia fotovoltaica. Parte das compras dos ativos fixos são indexadas em moeda estrangeira. Com o intuito de proteger o caixa da Companhia, bem como o valor justo dos ativos imobilizados frente as oscilações da moeda estrangeira, a Companhia mantém operações com derivativos por meio de *Non-deliverable Forwards* (NDF). Abaixo são demonstradas as respectivas operações com NDFs:

Contrato a Termo – NDF			Valor a termo		Valor justo
			31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023
Companhia	Desembolso	Vencimento (Mês/Ano)	Em USD	Em BRL	Em BRL
Solar Arinos 7	Termo líquido	jan/24	1.872	9.086	(710)
Solar Arinos 7	Termo líquido	fev/24	1.404	6.850	(363)
Solar Arinos 7	Termo líquido	mar/24	2.330	11.400	(596)
Solar Arinos 7	Termo líquido	abr/24	2.860	14.024	(733)
Solar Arinos 7	Termo líquido	mai/24	1.574	7.740	(401)
Solar Arinos 7	Termo líquido	jun/24	88	424	(22)
			10.128	49.524	(2.825)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os contratos a termo – NDF geraram saídas líquidas de caixa no montante de R\$ 392.

Companhia	Contrato a Termo – NDF		Valor a termo	Valor justo
			31/12/2023	31/12/2023
	Desembolso	Vencimento (Mês/Ano)	Em USD	Em BRL
Solar Arinos 7	Termo líquido	out/23	120	(21)
Solar Arinos 7	Termo líquido	out/23	120	(21)
Solar Arinos 7	Termo líquido	dez/23	513	(137)
Solar Arinos 7	Termo líquido	dez/23	513	(137)
Solar Arinos 7	Termo líquido	dez/23	117	(38)
Solar Arinos 7	Termo líquido	dez/23	117	(38)
			1.500	(392)

b. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de taxa de juros

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades a Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	2023	2022
Caixas e equivalentes de caixa	188	13
Instrumentos financeiros derivativos	2.825	-
Total	3.013	13

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Companhia centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. A Companhia prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

31 de dezembro de 2023

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	2 anos ou menos	3 - 5 Anos	5 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	567	567	567	-	-	-
Arrendamentos	3.326	12.862	646	1.148	1.913	9.155
Instrumentos financeiros derivativos	2.825	2.825	2.825	-	-	-
Outras contas a pagar	89	89	89			
	6.807	16.343	4.127	1.148	1.913	9.155

31 de dezembro de 2022

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	2 anos ou menos	3 - 5 Anos	5 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	5	5	5	-	-	-
Contas a pagar partes relacionadas	16	16	16	-	-	-
	21	21	21	-	-	-

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

20 Demonstrações dos fluxos de caixa

Transações que não envolvem caixa:

	2023
Aquisição de ativo imobilizado	(1.729)
Fornecedores	567
Aquisição de ativo imobilizado	(18)
Amortização de arrendamento	18
Despesas pagas antecipadamente	(300)
Transferência do Intangível	(8)
Transferência para imobilizado	8
Juros sobre passivo de arrendamentos	(1)
Aquisição de ativo imobilizado	1
Integralização de capital social	1.462

21 Contingências

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2023 e 2022 contingências passivas com avaliação de risco de perda provável ou possível.

22 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	2024	2025	2026	2027	2028 a 2058
(TUST/ CUST / CCT) (a)	1.350	1.350	1.350	1.350	40.500
Seguros (b)	393	-	-	-	-
Aquisição de ativo imobilizado (c)	130.236	5.637	-	-	-
Arrendamento (d)	263	383	383	383	11.450
Total	132.242	7.370	1.733	1.733	51.950

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/TUSD)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2024 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2024/2025 (julho/24 a junho/25) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2024 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2024/2025.

b) Seguros

A Companhia possui contratos de seguros para manutenção e asseguaração das plantas fotovoltaicas.

c) Aquisição ativo imobilizado

A Companhia possui contratos com fornecedores de materiais e equipamentos para construção do parque fotovoltaico.

d) Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamentos dos terrenos pertinentes a utilização para instalação do parque fotovoltaico.

Os contratos de arrendamento contêm cláusula que obriga a Companhia, ao final do contrato, devolver os imóveis arrendados, nas mesmas condições anteriores a construção do parque fotovoltaico. Em 31 de dezembro de 2023, não foi constituída nenhuma provisão para tal obrigação, pois, até o momento, só havia ocorrido a supressão vegetal da área arrendada.

Gunnar Honorato Pinassi
Diretor Financeiro
CPF: 269.843.018-14

Regis Madruga Leme
Contador
CRC: 1SP317833/O-2
CPF: 322.761.488-02

* * *